

“Não vamos conseguir zerar o déficit de vagas na Educação Infantil”

Divulgação

O déficit é de cerca de 9 mil vagas e, mesmo com todas as ações da prefeitura, retomada de 12 obras de Cmeis e criação de novas salas, só a longo prazo será possível zerar esse passivo.

Páginas 4 e 5



ELEIÇÃO 2024

TSE deve regulamentar doação por PIX de pessoas físicas

Corte deve regular consulta feita em 2022 e que o tribunal entendeu que eram permitidas desde que tenham a identificação do CPF do doador.

Página 6

APARECIDA DE GOIÂNIA

Cidade terá o primeiro Centro Cultural Quilombola do estado

A iniciativa visa resgatar e valorizar a história, a cultura e a identidade dos mais de 30 mil quilombolas que vivem em Goiás, sendo que 3 mil em Aparecida.

Página 10

VASSIL OLIVEIRA

Nomes postos não merecem o voto

O que vai ganhar ainda nem nasceu de verdade. Se nasceu, não cresceu. Se cresceu e não apareceu, simplesmente não existe. Pelo menos ainda.

Página 3



TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 34 - Nº 1.763 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 15 A 21 DE OUTUBRO DE 2023
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

COMURG

Procuradoria da Câmara orienta CEI a assinar TAC



Não compete à Mesa Diretora nem à presidência assinar o termo por não ser o instrumento correto.

Página 7

ANÁPOLIS

Programa de compliance vai ouvir moradores



A população vai poder avaliar o serviço prestado pelos servidores públicos municipais em uma enquete online até 17 de outubro. Página 9



Analfabetismo cresce entre crianças de 7 e 9 anos

A proporção de crianças que não sabem ler ou escrever dobrou entre 2019 e 2022, passando de 10% para 20%, segundo o Unicef.

Página 11

TRIBUNA JURÍDICA

PL aprovado é inconstitucional

Parecer da OAB Nacional diverge de comissão da Câmara dos Deputados, que aprovou PL que proíbe casamento homoafetivo.

Página 6

EDITORIAL

A CEI e o lixo
acumulado

A Câmara Municipal de Goiânia vive em um universo paralelo. É o que se pode depreender do melancólico fim da Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Comurg. Contrariando disposições legais e orientação da Procuradoria do Legislativo, o relatório final da comissão foi publicado sem a divulgação da farta documentação reunida ao longo de mais de cinco meses de atividades.

A comissão de investigação foi instalada em um momento de insatisfação parlamentar com a administração do prefeito Rogério Cruz, mas acabou perdendo fôlego com a negociação de cargos, especialmente para aliados políticos e parentes de integrantes da CEI. As denúncias graves de má administração de recursos públicos, desvios e nepotismo ficaram pelo meio do caminho.

Pode parecer aos vereadores que esse negócio de comissão de inquérito não é algo palatável ao povo, que desconheceria a importância e os poderes de uma CEI. É possível que grande parte não saiba disso. Mas os moradores sabem identificar os problemas visíveis e palpáveis que estão na porta de suas casas.

A divulgação do relatório vazio acontece em um momento de grave crise na coleta de lixo na capital. Na sexta-feira 13, moradores de bairros de regiões nobres, como Marista, Bueno, Serrinha, Bela Vista e Pedro Ludovico, sofriam com três dias sem coleta. Ruas e calçadas malcheirosas e cheias de insetos são o resultado dessa má gestão da Comurg, para dizer o mínimo.

O problema que começou a ser investigado continua e seus resultados têm se agravado.

ARTIGO

Lei garantirá a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil

Após quatro anos de tramitação nos gabinetes e sessões parlamentares, o Projeto de Lei 6.494/19 agora é uma norma. Sancionada e publicada oficialmente em agosto último, a Lei nº 14.645/2023 determina a criação de uma Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em colaboração com os estados e o Distrito Federal, alinhada, também, com o Plano Nacional de Educação (PNE).

Com o objetivo de ampliar o acesso e a qualidade da Educação Profissional

e Tecnológica (EPT) no Brasil, a lei é um salto para esta modalidade de ensino e um marco para a juventude, que poderá contar com a expansão qualificada deste ensino, a qual, na visão de muitos empresários e da sociedade, amplia as perspectivas de formação profissional e de inserção mais digna para a juventude no mercado de trabalho, além de responder de maneira inteligente aos gargalos da falta de mão de obra especializada.

A lei tem entre seus benefícios reconhecer a EPT e seu potencial para o

desenvolvimento sustentável e para a redução das desigualdades no país.

O que se espera como próximo passo é que a construção dessa Política Nacional possa ser conduzida de maneira integrada e efetiva entre múltiplos setores, de forma a compartilhar projetos, planos e decisões que impactem positivamente a população. Nesse processo, é notória a participação das redes de ensino ofertantes da EPT, os profissionais de educação, estudantes e demais atores que possam contribuir com a nova política.

desnecessária.

Por isso, é essencial que a banca responsável pelo concurso avalie se o TAF é realmente necessário para o cargo disponibilizado. Quando o bom desempenho das funções profissionais depende mesmo da aplicação da prova física, é muito importante haver uma equipe médica de prontidão para quaisquer necessidades dos candidatos, inclusive psicológicas. Além disso, a banca avaliadora poderia flexibilizar as atividades exigidas no TAF, para que não gerem risco à vida ou à integridade das pessoas.

Adotar tal medida não causará prejuízo à atuação desses profissionais quando assumirem os cargos, pois, antes disso, eles devem cumprir a etapa do curso de formação para executar funções específicas. Ou seja, os candidatos ainda têm um determinado tempo para se preparar fisicamente antes da efetivação. O TAF deveria ser apenas um filtro inicial para selecionar aqueles com boa saúde física, mas as bancas costumam querer selecionar profissionais que se assemelham a atletas ou super-heróis, exi-

gindo um grau de condicionamento físico muito alto.

Tal exigência desnecessária faz com que os candidatos acabem se esforçando além dos limites saudáveis. Tendo em vista a saúde deles, o problema poderia ser solucionado com a elaboração de uma lei específica sobre o TAF. Existem projetos de leis que abordam o tema em alguns estados, atualmente. Entretanto, ainda não foram aprovados e unificar essa legislação seria difícil, pois ela poderia ser considerada inconstitucional por violar a autonomia dos estados para legislar sobre tais situações, o que é estabelecido pela Constituição Federal.



Bárbara Carvalho, professora de Direito Administrativo no Movimento de Valorização da Advocacia e da Sociedade Civil (MOVA) e especialista em Direito Público



Moisés Cunha, diretor do Centro de Educação, Trabalho e Tecnologia (CETT-UFG)



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: Rua Antônio de Moraes Neto, 330, Setor Castelo Branco, Goiânia - Goiás - CEP: 74.403-070 - Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@yahoo.com.br

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto

Saiba quem vai ganhar em Goiânia

Quem viu pesquisa qualitativa em Goiânia sabe quem vai ganhar a eleição ano que vem. No final deste texto você também saberá. Preste atenção.

Vai ganhar aquele que mostrar à população que é e/ou será um bom gestor. A cidade carece de alguém que mantenha a cidade limpa, as contas arrumadas, que imponha respeito à sua equipe de auxiliares e aos cidadãos e que tire a prefeitura das manchetes com escândalos e denúncias. Nada demais. O básico.

Ah, e que conclua as obras começadas. Nada de lançar novas obras faraônicas logo de cara. Conclua, por favor, o que está começado. Depois invente, mostre sua criatividade e competência administrativa.

O bom gestor pressupõe-se que seja também um bom político. Para conversar com as instituições, ouvir a população, buscar recursos em Brasília e manter um clima de unidade na administração e na cidade. Chega de altos e baixos, trocas constantes de secretários e agitação nas redes sociais sem efeito nas ruas e nas casas das pessoas. Resultados objetivos, please.

Simpatia ganha sorriso, às vezes, mas não ganha eleição. Promessa chama a atenção, mas nem sempre resulta em imagem positiva. Palavras bonitas não iludem ninguém. Eleitor



não é bobo. Bobo é quem acha que conversa bonita põe voto na urna. Conversa fiada.

O vencedor ano que vem será aquele que deixe clara sua capacidade de articulação para o bem coletivo. Candidato esperto que se diz bom articulador é espertalhão, e não benfeitor. Ou será que ele acha que con vence alguém?

As bravatas, as pautas que plantam ódio, as ideologias artificiais podem causar, mas só na base da gíria. Na prática, só tendem a causar a derrota. Mais uma vez: a hora é de pragmatismo e caldo de galinha.

Veja que as pesquisas estão colocando ênfase bastante em nome, perfil, em um líder, muito mais do que em plano de governo. É preciso ter um



vassiloliveira@gmail.com

plano, claro, mas o bom condutor é fundamental.

Vamos então ao nome. Desses que você está vendo aí como possíveis candidatos, que estão claramente na chamada pré-disputa - irmã da pré-campanha -, qual é o que reúne esses predicados? Pense só, não fale em voz alta. Isso! Esse aí é o favorito.

Mas favorito não quer dizer que será o vencedor. Sou mais o nome que vejo como o melhor. Ele reúne tudo isso aí e ainda tem pinta de mudança, renovação. Quem? Tô falando do... do... do candidato que ainda não está posto. O que ninguém cita. O que só vai se estabelecer mesmo lá na frente.

O candidato que pode vencer, no meu "intindimento", é o que ainda não está na disputa aberta. Ou que é citado só de leve, sem muita convicção ou credibilidade (como candidato). Este é o que pode surpreender.

Porque os nomes que estão aí não fazem ainda por merecer o voto dos goianienses. Dizem as pesquisas. Eles se acham mais do que são. Estão mais preocupados com seus projetos político-pessoais do que com a população. Não estão focados na vitória, apenas e tão somente na candidatura, como se isso bastasse para ser eleito.

O que vai ganhar ainda nem nasceu de verdade. Se nasceu, não cresceu. Se cresceu e não apareceu, simplesmente não existe. Pelo menos ainda.

ELEIÇÕES 2024

Quem muito se abaixa, o fundo aparece

Andréia Bahia

As polêmicas envolvendo o deputado estadual Amauri Ribeiro (UB) - só na Assembleia Legislativa - tiveram início em sua posse, quando participou da solenidade usando chapéu e, em certo momento, com a mulher sentada em seu colo. Esse comportamento era o prenúncio de um mandato marcado por truculência, falta de respeito aos colegas e ao regimento da Casa.

"Amauri xinga o tempo todo. Provoca demais", afirmou um servidor da Alego. O deputado Mauro Rubem (PT), que protagonizou com Ribeiro o último episódio de truculência no Plenário da Assembleia, na quarta-feira, 27, também disse isso. "Você quer xingar todo mundo e não quer ouvir".

Mas Amauri não ficou só nos xingamentos. Em agosto de 2021, ele afirmou que a vereadora Lucíula do Recanto (PSD) "merecia um tiro na cara". Ele é réu por racismo e tem em seu histórico falas preconceituosas contra as mulheres que trabalham na Alego. Afirmou, em entrevista ao Popular, em 2019, que a Assembleia Legislativa era uma "casa de mulheres", sugerindo que elas trabalhavam para "servir os deputados" e não faziam nada.

Amauri foi alvo da Operação Lesa Pátria, da Polícia Federal, que apura os atos golpistas de 8 de janeiro, depois de dizer em Plenário que havia ajudado a financiar os acampamentos dos golpistas. "Eu ajudei a bancar quem estava lá. Levei comida, dei água e dinheiro. Acampe e fiquei na porta porque sou patriota."

Tem-se notícia que, à época, a Comissão de Ética da Alego iria apurar as declarações do deputado relacionadas à vereadora Lucíula do Recanto, mas em relação aos outros episódios envolvendo o deputado a Alego tem feito ouvidos moucos.

Segundo o advogado Dyogo Crosara, há episódios em que o deputado Amauri Ribeiro quebrou o decoro parlamentar, ou seja, "agiu fora do coro, daquilo que o cargo prevê". Ele cita os casos de agressões, como o que ocorreu esta semana ao deputado Mauro Rubem. Crosara chama atenção para o fato de que o desrespeito praticado pelo deputado não impacta apenas no próprio, mas na Assembleia Legislativa. "A Assembleia tem que se respeitar mais", diz.

Até porque, quem muito se abaixa, o fundo aparece.

Saúde, meu povo

Saúde nunca foi uma preocupação minha. A minha saúde. Me preocupo com a saúde dos meus pais, da minha família, amigos, parentes, até fico amolando quem está próximo com a ladainha "tem que cuidar da saúde". A minha é um detalhe. Era. Nas últimas semanas ando com o corpo pedindo atenção aqui e ali, as pernas rangendo e o sol moendo as ideias igual engenho velho. Tá mais difícil fazer coisas que antes eram mamão com açúcar. Perder peso era uma delas.

Eu já fui um palito, apelido Linguíça, que me deixava pra lá de descontrolado. E sofria mais por uma razão simples: do que uma linguíça é capaz no mundo? Sofria, viu. Depois veio a barriga. Veio e nunca mais foi embora. Só que ela crescia e baixava segundo a minha vontade. Hoje o que mais tenho é vontade, e o que menos consigo é resultado. Emagrecer um quilo é padecer no inferno. Não xingo mais porque descobri que isso engorda. Aliás, depois dos quarenta, tudo engorda, principalmente respirar.

Com os dissabores achei a solução para este problema: foda-se! Mas o foda-se tem alma, e na alma traz as consequências do autodesligamento da realidade. É ir no médico e ouvir a sinfonia do adeus: se não cuidar da saúde... Mais difícil do que conviver

com a gente mesmo sem saúde boa é aguentar os parentes saudáveis chateando a gente. Muito pior que as minhas ladainhas. Isso adoce o espírito junto com o corpo, ou vice-versa, e só Jesus pra salvar.

Natural que a saúde comece a faltar ao trabalho de manter o corpo são na medida em que a idade chega. Mas não quero culpar a idade. Estou tão feliz com minha velhice que nem saudade mais eu sinto da juventude. Se pudesse nasceria de novo já velho, pularia a juventude e, quem sabe, até a infância. Até porque a única infância que aceitaria é a que tive na ponte aérea - minha cabeça era de vento - entre Vianópolis e São Miguel do Passa Quatro. Naqueles termos, com o Zetão, o Pedão, Maelzin, Pinta, Preta e uma renca de moleques que nem te conto.

Minha saúde minguante tem a ver com meu tempo na terra, com o que trouxe na bagagem e com o que fui acumulando. Não reclamo. Devia ter me cuidado mais? Tá, mas o passado eu já vivi demais pra jogar na minha cara a cada novo passo. Vou ali, ouço um médico, tem vez que ando com sacolinha de hipocondríaco, depois me canso, assim vou indo. A humanidade tem muito a perder, me sussurra a falsa modéstia. E eu, tenho a perder

caso o plano de saúde divino falte e eu tenha que ir para a fila de São Pedro?

Penso no que vim fazer neste mundo que ainda justifique eu estar aqui. Que explique eu ter chegado aqui. Recebi uma cota de vida com saúde pra pagar uns pecados, quem sabe. Ou será que vim salvar alguém? O propósito é a saúde do espírito. Este está em dia, percebo. Não sei exatamente qual é, mas carrego-o como oxigênio e o vejo me dando vida mesmo que não consiga enxergá-lo materialmente. Quem dera pudesse ser assim com o corpo: a gente ir conquistando saúde com o passar da idade, e não o contrário.

Quero ter a saúde do meu pai. Nos seus oitentinha, ou quase, ele tem barriga, tem disposição e tem um coração maior que o mundo. Coração é aquela parte da gente tanto maciça quanto intangível; a soma de tudo, metáfora viva, insalubre recipiente da bondade divina. Porque não somos humanos. Somos literatura fazendo história. Sem fim. Sem finalidade e sem ponto, apesar da tosse, do câncer, da dor de barriga e dos vômitos intermináveis. Vejo meu pai e penso, logo concluo: como eu, a saúde dele nunca foi uma preocupação dele. Sempre foi da minha mãe. Falar nisso, e a saúde dela, hein?

ENTREVISTA

“Não vamos conseguir zerar o déficit de vagas na Educação Infantil”

TRIBUNA DO PLANALTO

Os servidores administrativos da rede municipal de Educação já estão em greve há mais de uma semana e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego) afirma que a Prefeitura de Goiânia não apresentou nenhuma proposta aos grevistas. Como está a negociação?

RODRIGO CALDAS

Nós temos interesse, estamos sensíveis às necessidades do administrativo da Educação, já fizemos vários estudos de impacto para ver o que vamos dar conta de atender. O problema hoje é o limite prudencial de investimento em folha, a prefeitura já atingiu o limite e acendeu uma luz vermelha. Não podemos mais aumentar a folha. Em todos os estudos de impacto, em relação ao plano de carreira, à data-base, aos direitos que os administrativos da Educação precisam cobrar, os recursos são muito caros. Algo em torno de R\$ 50 milhões e, dependendo, chega até a R\$ 100 milhões. Esses estudos de impacto já foram apresentados à Secretaria de Finanças e acredito que no mais tardar até segunda-feira vamos ter uma devolutiva por parte da secretaria. Tanto eu quanto o prefeito (Rogério Cruz) e toda a equipe estamos imbuídos em achar um meio termo, uma proposta para apresentar para a categoria. Eu entendo que uma equipe motivada, valorizada, reconhecida vai conseguir entregar uma educação de mais qualidade na ponta.

A Justiça determinou ao sindicato que não divulgasse panfletos sobre o remanejamento de servidores de outros órgãos para prestar serviço nas escolas. Como ocorre esse remanejamento e não há risco para as crianças nesse contato com pessoas que não pertencem à comunidade escolar?

Esses profissionais que solicitamos que outras secretarias - da Comurg e da Amma - nos emprestassem foi com intuito de não prejudicar o andamento da escola e termos que liberar a criança, cau-

O déficit na Educação Infantil em Goiânia é de cerca de 9 mil vagas, de acordo com o secretário de Educação do Município, e não deve ser zerado até o fim de 2024, como o prefeito Rogério Cruz acreditava ser possível. Segundo ele, isso só será possível a longo prazo.

Em relação à greve dos servidores administrativo, Rodrigo Caldas admitiu ainda não ter apresentado uma proposta ao sindicato em razão de estudos que estão sendo feitos sobre o impacto na folha de pagamento, haja vista que a Prefeitura de Goiânia já atingiu o limite prudencial.

147 unidades aderiram à greve, o senhor confirma?

Pode ser esse o número, eu não tenho essa informação. O que eu posso informar é que nenhuma escola paralisou totalmente. Às vezes, uma ou outra turminha teve que ser dispensada, mas não prejudicou o bom andamento da rede municipal de Educação.

Ao assumir a secretaria, o senhor disse que convocaria 465 concursados, no entanto, o prefeito encaminhou um projeto à Câmara prorrogando o contrato dos temporários. Os vereadores prorrogaram até 31 de dezembro, mas o prefeito queria que fosse por prazo indefinido. Os concursados serão convocados? Caso sejam, há necessidade de manter os temporários?

Sobre os concursados, tivemos que fazer um estudo de impacto a pedido da Secretaria de Finanças e levantamos um quantitativo de 906 servidores que se aposentaram, alguns vieram a óbito e contratos cancelados e chegamos ao impacto de desoneração na folha. Baseado neste número, fizemos um estudo sobre a nossa necessidade e chegamos ao número de 465 profissionais, sendo 100 pedagogos, 25 professores de área e 340 auxiliares administrativos. A convocação já foi feita e estamos aguardando o tempo para apresentação de documentação, que varia de 30 a 60 dias, e assim que forem se apresentando vamos encaminhar para as escolas onde temos maior necessidade. Paralelamente a isso, temos um projeto de lei que foi encaminhado à Câmara, no qual solicitamos a prorrogação dos contratos temporários. O que considero muito interessante porque esse contrato temporário nos permite liberar o nosso concursado quando há necessidade de apresentar um atestado ou então pedir licença. É esse profissional de contrato de substituição que é colocado na rede para poder fazer o trabalho para que aquele profissional possa se ausentar por meio de um atestado ou de um pedido de licença.



Rodrigo Caldas

Secretário de Educação de Goiânia

sando transtorno para os pais. Estão auxiliando na limpeza e na cozinha, são pessoas que já têm uma rotina dentro da escola. A Comurg sempre foi parceira da Educação, assim como de toda a prefeitura. A Comurg sempre fez a poda de árvore e as limpezas mais pesadas. Esses profissionais estão acostumados a entrar nas instituições, eles nos auxiliam quando precisamos, assim como em todas as secre-

tarias. Pedimos à Justiça que não fizessem divulgação de inverdades, falando que esses profissionais iriam manipular as crianças. Isso não é verdade. Todos esses profissionais que estão à nossa disposição estão acompanhados de outros profissionais, inclusive das coordenadoras e diretoras, fazendo o serviço de limpeza e auxílio na cozinha. Está super tranquilo, tanto que nenhuma escola parou na

totalidade. De um total de 48 mil salas de aula, só 47 interromperam um ou dois dias e em 219 houve uma certa dificuldade para atender durante o dia todo. Isso equivale a 1% e 2,25% respectivamente. Fizemos isso justamente preocupados com as nossas crianças, para não ter que liberar essas crianças e causar um prejuízo para os pais.

O dado do sindicato de

O déficit de professores na Educação é de 736 profissionais? Há previsão de um novo concurso público?

Esse concurso está vigente até setembro do ano que vem e, a medida em que houver necessidade, vamos fazer novas convocações. É interesse nosso, desde que a nota seja interessante, porque existe uma nota de corte e estamos sempre atentos a isso. Toda vez que fazemos convocações, acompanhamos de perto o período probatório, em que o profissional é colocado na rede e passa por formação, por instruções e entende como funciona a rede, mas enquanto tiver qualidade nesses profissionais que passaram nesse último concurso, vamos continuar fazendo as convocações.

O déficit de professores é de 736 professores?

Esse foi o último levantamento apresentado quando eu assumi.

Logo que o senhor assumiu também disse que o déficit na Educação Infantil era de 9 mil vagas e o prefeito prometeu zerar esse déficit. Quantas vagas foram criadas desde então?

Nosso maior desafio é o acesso dessas crianças que precisam e que os pais almejam colocá-las na rede. O número que me foi passado, no início da minha gestão, dia 1º de junho, estava congelado e era algo em torno de 9 mil crianças aguardando para fazer parte da nossa rede municipal de Educação Infantil. Foram criadas, neste segundo semestre, 800 vagas e temos expectativa para o ano de 2024, porque retomamos 12 obras, duas inclusive já estamos programando para inaugurar uma em

“Estamos sensíveis às necessidades do administrativo da Educação, mas o problema é o limite prudencial de investimento em folha, porque a prefeitura já atingiu o limite e acendeu uma luz vermelha.”

dezembro e outra em janeiro, de ofertar aproximadamente mais 340 vagas. Também estamos ampliando nossas instituições, por meio de construções e adequações de salas, para ofertar uma quantidade de vagas no início do ano, além daquelas que surgem naturalmente, que são das crianças de seis meses a um ano que vão para o próximo agrupamento e as vagas vão ser ofertadas também. É um cuidado que estamos tendo, um planejamento e estudo de rede para tentar ofertar o máximo de vagas possível no início de 2024, mas o número que tenho hoje é que são 9 mil crianças aguardando. Zerar esse número a longo prazo é possível. A quantidade de crianças que nascem em Goiânia, fora as famílias que vêm de outras cidades e outros estados em busca de melhores condições de vida, vai fazer com que essa fila nunca zere. Por mais que se ofereça 2 mil, 3 mil, 4 mil vagas, não vamos conseguir zerar nesse ano de 2024, como também não se conseguiu zerar em 2023, porque é uma fila crescente. Mas o empenho da gestão de ofertar o máximo possível de vagas vai continuar.

Em razão da pandemia, houve uma defasagem no aprendizado que varia de um ano e seis meses a dois anos e o município criou o programa Nenhum Estudante para Trás para corrigir esse efeito das aulas remotas. Já houve redução nessa defasagem no aprendizado?

Sim. Nós fizemos várias provas e estamos acompanhando de perto essa evolução dos nossos estudantes e o Marcelo Ferreira, superintendente Pedagógico, me deu uma notícia muito boa; ele está muito feliz com o resultado das provas, inclusive todo esse esforço feito pelo Pedagógico da rede municipal de Educação foi também focado na Prova Brasil, que vai acontecer em novembro. É sabido que saltamos de nono para quarto lugar no Ideb e o prefeito tem cobrado que a Educação continue nesse processo de crescimento. Acredito que vamos ter um resultado positivo na Prova Brasil e subir mais um, dois, três e a nossa meta é chegar ao primeiro lugar do Ideb. Estamos correndo contra o tempo, estimulando nossa equipe pedagógica para acompanhar de perto essa evolução, essa recupera-



ção do tempo perdido, por conta da pandemia, e estamos muito otimistas.

O município conta com 45 unidades de tempo integral. Há projetos para ampliar esse modelo de escola no município?

Este ano vamos conseguir ampliar e iremos para a 46ª escola de tempo integral. Tudo depende do estudo de rede e também de uma parceria que estamos buscando com a Secretaria Estadual de Educação para que possamos gradativamente transferir para o estado os anos finais. Eu tive uma reunião muito produtiva com a secretária Fátima e as nossas equipes já estão fazendo um estudo para, em 2024, já passar uma quantidade de estudantes do nono ano para o estado para que surjam salas disponíveis dentro da nossa rede para que possamos fazer essa migração para tempo integral. Assim como o estado tem feito, a Educação de Goiânia quer continuar com a ampliação da oferta de vagas em tempo integral nas nossas escolas, mas depende de um estudo, de fazer algumas adaptações nas escolas, estamos reestruturando as nossas equipes do administrativo e também do pedagógico. É uma meta da gestão do Rogério e da minha também enquanto secretário ampliar a oferta de vagas de tempo integral.

O governo federal está lançando diversos programas na área de Educação para escola de tempo integral, creches e programas de redução da defasagem. O município está apto a receber esses recursos. E quanto seria?

O PAC da Educação abriu dia 9 e nossa equipe está debruçada em cima disso para entender e fazer as adesões para tenhamos acesso a esses recursos. Eu não tenho ainda um número, mas esse canal de comunicação com o Ministério da Educação esta-

“A relação de Alexandre Baldy com o prefeito Rogério Cruz é muito boa, tanto é verdade que ele colocou nosso partido à disposição, caso o prefeito decida mudar de legenda.”

mos aproveitando o máximo possível, e onde for possível aderir vamos nos empenhar em fazer esse movimento, porque é de extrema importância. O Fundeb, recurso repassado pelo ministério para as prefeituras para ajudar no custeio, está muito defasado, hoje não paga a folha e a prefeitura tem que fazer as complementações. Aumentou muito a folha, não só da Educação, mas da prefeitura toda, por isso estamos trabalhando para tentar desonerar a folha, para que possamos continuar ampliando a rede. Cada escola, cada CMEI que abre temos que contratar 15, 20, 30 funcionários, de acordo com a capacidade daquela instituição. Por isso, estamos focados em entender como vai funcionar o PAC.

No último quadrimestre a prefeitura não conseguiu aplicar os 25% do orçamento na Educação e a justificativa foi o valor do repasse do Fundeb. Isso já foi normalizado?

No ano passado sobrou recurso, até por falta de planejamento, não sei informar, e para aplicar esse recurso foi feito um pagamento de um bônus salarial para cada funcionário da Secretaria de Educação e foi repassado

também recurso para as escolas, chamado Escola Viva, com o qual conseguimos fazer melhorias nas escolas, ampliações e reformas; melhorias na segurança, aumentar muro, colocar concertina. Cada escola, com sua direção e seu conselho, decidiu o que fazer com o recurso. Foram feitos dois repasses no valor de R\$ 85 mil, R\$ 100 mil, para cada instituição. Este ano, por conta da folha, que aumentou muito, não sabemos se até o fim do ano vamos ter uma suplementação para fazer esses repasses. Mas estamos empenhados, a Secretaria de Finanças tem nos pedido e temos feito estudos semanalmente para possa chegar ao final do ano, cumprindo com os 25% que a prefeitura repassa para a Educação.

Quando o senhor foi indicado, Alexandre Baldy, presidente do seu partido, o PP, afirmou que o fato de o senhor participar da prefeitura não garantiria o apoio da legenda à reeleição de Rogério Cruz. A situação ainda é essa?

A relação de Baldy com o prefeito Rogério é muito boa, tanto é verdade que ele colocou nosso partido à disposição, caso o prefeito decida mudar de partido, coisa que eu acho que não vai acontecer. Na verdade, nem estamos conversando sobre política nesse momento, vamos deixar para conversar sobre isso em março, abril, estamos focados na gestão do prefeito Rogério, porque queremos realmente avançar na saúde, na educação, nas obras que o prefeito tem feito, obras estruturantes, O prefeito tem enfrentado muitos desafios para resolver definitivamente, para os próximos 15, 30 anos, obras estruturantes, como drenagem e assim por diante. Com relação ao partido, o prefeito, com a autoridade que ele tem, junto com os presidentes de outros partidos, no momento certo, vão decidir o futuro, não só do prefeito Rogério, mas também da cidade de Goiânia. Eu, enquanto técnico e mais focado na parte técnica, estou dedicado a fazer com que a Educação de Goiânia continue crescendo, que consigamos continuar ofertando para a população, não só o acesso, mas uma Educação de qualidade com uma equipe pedagógica e administrativa focada, motivada, valorizada e reconhecida.

ELEIÇÕES 2024

TSE deve aumentar rigor com cota de gênero

Advogada Nara Bueno, especialista em Direito Eleitoral, espera regras mais claras para o próximo pleito

Carla Borges

Com o fim do prazo, no último dia 6, para que o Congresso Nacional aprovasse novas regras a tempo de vigorarem para as eleições municipais de 2024, permanece em vigor a atual legislação eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quando emitir as resoluções específicas para o pleito do ano que vem, suprirá eventuais lacunas legislativas, já que, para se aplicarem às eleições, as alterações precisam ser feitas com antecedência de um ano da data da votação. E a Justiça Eleitoral, mais do que avisar, vem dando mostras de que não vai tolerar descumprimento da legislação, como nos casos recentes de cassação de chapas de vereadores em Goiânia.

Entre os pontos que devem ser regulamentados por resolução do TSE está a doação para campanhas eleitorais por pessoas físicas usando a chave Pix. A advogada eleitoralista Nara Bueno pontua que em maio de 2022 houve consulta ao TSE sobre essas transações e a corte entendeu que elas são permitidas desde que tenham a identificação do CPF do doador. "Isso porque a intenção é garantir que essas movimentações financeiras possam ser rastreadas", esclarece. "Se forem rastreáveis, está ok e acredito que as novas resoluções vão tratar disso", analisa. No texto da minirreforma eleitoral, os deputados haviam autorizado as doações por Pix de quaisquer valores, mas o texto não foi apreciado no Senado Federal.

As cotas de participação feminina nas chapas que vão disputar as eleições também seriam atingidas pela minirreforma. Com seu não andamento, permanecem as regras atuais. "Está na lei 9504, a Lei das Eleições, no parágrafo 3º do artigo 10: os partidos devem apresentar à Justiça Eleitoral o mínimo de 30% e máximo 70% decandidaturas de cada sexo", alerta



Divulgação

Nara Bueno, advogada eleitoralista: "As pessoas votam em quem conhecem"

Nara Bueno, explicando que as mulheres são consideradas minoria política e ficam no percentual menor.

"Um fenômeno, que não é brasileiro, mas é democrático: as pessoas votam em quem conhecem. Se mais mulheres não são apresentadas ao eleitorado e a presença de mulheres nesse espaço não é naturalizada, essas mulheres nunca serão votadas e isso se torna um círculo vicioso", pontua a advogada, que é mestra e doutoranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (PPGIDH/UFG e Durham University/Inglaterra).

Nara observa que já havia feito críticas à minirreforma votada na Câmara. "Ainda bem que ela não veio com esse retrocesso, mas temos de passar a discutir enquanto sociedade, a reserva de cadeiras, de assentos", sugere. Para ela, o adiamento da votação da minirreforma pode abrir uma janela de discussão para pensar não em um paliativo, mas em uma decisão definitiva. "Só teremos paridade e naturalização das mulheres nesses espaços de decisão se tivermos, de fato, mais mulheres sentadas nessas cadeiras. Outros países já tomaram medidas nesse sentido e para mim essa revisão é mais do que necessária", defende.

Tribuna Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com



TRF-1 libera Camaro apreendido

A 10ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) reformou a sentença que julgou improcedente o pedido que objetivava a liberação de um veículo marca Chevrolet, modelo Camaro S22. O veículo foi apreendido no curso de ação penal pela suposta prática do crime de peculato. No recurso, a apelante alegou, entre outros pontos, que não foi apresentada nenhuma prova de que manteve negócios, recebeu valores ao menos conheceu o investigado na operação que resultou na apreensão de seu veículo.

Boa-fé

O relator, juiz federal convocado Marllon Sousa, afirmou que, de acordo com o Código de Processo Penal (CPP), o bem apreendido só poderá ser devolvido a terceiros se comprovada a propriedade, licitude da origem do valor do bem, boa-fé do requerente e desvinculação com fatos apurados na ação penal.

Documento do Detran-GO

O magistrado verificou que a apelante juntou instrumento particular de compra e venda de veículo a prazo e anexou a comunicação de venda junto ao Detran-GO. "é fato que a apelante está na posse do veículo desde 2017, sem qualquer notícia de envolvimento ou participação no delito investigativo", pontuou o relator.

Conflitos no campo

O primeiro semestre de 2023 foi marcado por 973 conflitos no campo, o que representa um aumento de 8% em relação ao mesmo período de 2022, quando foram registrados 900 casos. Os dados foram divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT na terça-feira, 10. Eles foram coletados, organizados e registrados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc).

Escravos e água

A grande maioria continua sendo de conflitos pela terra (791), seguidos do trabalho escravo rural (102) e disputas por água (80). Quase 527 mil pessoas estiveram envolvidas — uma pequena queda de 2% em relação ao ano passado. A quantidade de famílias também foi um pouco menor (101.984), o que pode ser explicado pela leve diminuição de conflitos em terras indígenas.



Diretora do Foro

A juíza Patrícia Bretas, titular da 2ª Vara de Sucessões da comarca de Goiânia, foi empossada nesta terça-feira (10) como diretora do Foro da capital (foto). A magistrada substituiu o juiz Ricardo Nicoli, que, após oito meses na função, assumiu também o cargo de juiz substituto em segundo grau do TJ-GO. Patrícia Bretas lembrou que, há 17 anos, quando iniciou sua carreira como juíza substituta, trabalhou na Diretoria do Foro de Goiânia.

Inconstitucional, diz OAB...

O projeto de lei que proíbe o casamento homoafetivo no Brasil é inconstitucional, segundo parecer da Comissão Nacional da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Nacional. O documento é subscrito pela Comissão Nacional de Direitos Humanos e por 25 comissões estaduais da diversidade.

...mas aprovado

O parecer da comissão nacional da OAB foi divulgado na mesma tarde em que a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou o PL, com 12 votos favoráveis e 5 contrários.



Só vale a pena exercer a função judicante sob o compromisso de nos tornarmos, a cada dia, juízes, pessoas e cidadãos melhores

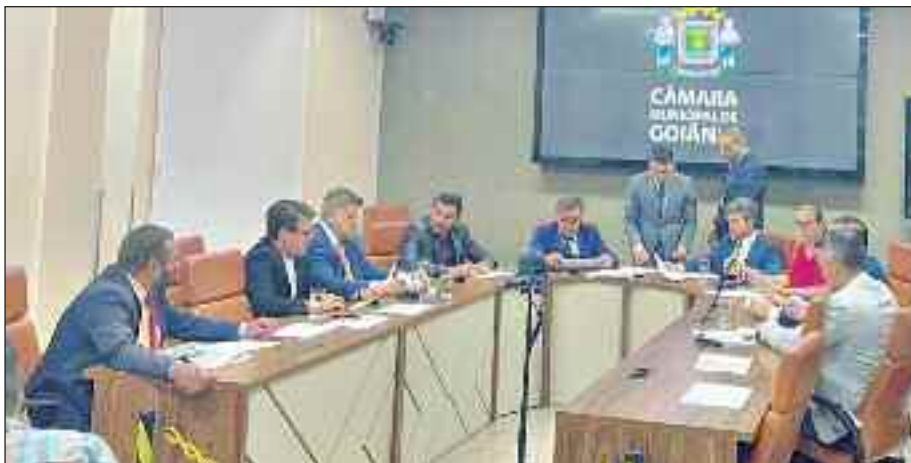


Marcelo Pedra, novo desembargador do TRT-18, em sua posse, na segunda-feira, 9

COMURG

Procuradoria da Câmara orienta CEI a assinar TAC

Órgão foi consultado pelo relator da Comissão, Thialu Guiotti, mas diz que instrumento não é adequado



CEI da Comurg teve mais de 5 meses de duração e foi esvaziada com oferta de cargos

madamente 140 mil páginas. O pedido foi acolhido pela Mesa, que pediu a especificação sobre o número de documentos previstos. A digitalização será terceirizada por empresa a ser contratada pelo Legislativo, por meio de dispensa de licitação.

A CEI da Comurg foi esvaziada depois de o prefeito Rogério Cruz (Republicanos) acomodar vereadores da comissão em cargos políticos na prefeitura. Danilo Rabelo foi indicado pelo relator para assumir a Secretaria Municipal de Esportes; Paulo Henrique da Farmácia (Agir) indicou o pai, Paulo da Farmácia para ser o novo secretário de Inovação, Ciência e Tecnologia (Sictec). Por último, o vice-presidente da comissão, vereador Welton Lemos (Podemos) indicou a esposa para secretaria executiva do Instituto Municipal de Assistência aos Servidores (Imas).

Da Redação

A Procuradoria da Câmara Municipal de Goiânia expediu despacho orientando os membros da Comissão Especial de Inquérito (CEI) que investigou irregularidades na Comurg a assinarem o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a companhia, instrumento apontado no relatório a ser assinado. O procu-

rador-geral, Kowalsky Ribeiro, explicou que não compete à Mesa Diretora da Câmara nem à presidência eventual assinatura do TAC por não ser o instrumento correto.

Outra orientação da Procuradoria é para que o relatório seja encaminhado aos órgãos competentes para apurar irregularidades, como o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) e o Ministério Público estadual (MPGO). O parecer foi emitido em

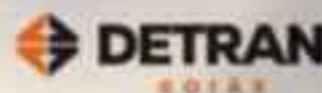
consulta apresentada pelo relator da CEI, Thialu Guiotti (Avante) sobre a medida, proposta no relatório feito por ele. No mês passado, o presidente da CEI, Ronilson Reis (sem partido) comunicou a presidência da Casa sobre a entrega do relatório sem os anexos com documentos.

No despacho, a Procuradoria orientou que o relatório seja enviado aos órgãos de controle acompanhados de toda a documentação reuni-

da durante o período de atuação da Comissão Especial de Inquérito, que durou mais de cinco meses e ouviu 18 pessoas. O relatório, no entanto, tem apenas 13 páginas e apresenta 13 recomendações.

Em 3 de outubro, Ronilson Reis pediu à Mesa Diretora da Câmara para que fossem digitalizados todos os documentos apresentados e que foram solicitados no âmbito da investigação, o que corresponde a aproxi-

goias.gov.br/detran



ACIDENTES DE TRÂNSITO DEIXAM VÍTIMAS FATAIS E TAMBÉM ÓRFÃOS.

Estar presente é o melhor presente no Dia das Crianças.

Respeite a sinalização



MORADIA

Governo entrega 117 casas a custo zero em três municípios

Hegon Corrêa e Júnior Guimarães

“O compromisso da minha vida é cuidar das pessoas”, diz Caiado durante entrega de unidades habitacionais do programa Pra Ter Onde Morar



Governo entrega 67 unidades habitacionais a custo zero em Firminópolis e Damolândia, com investimento de R\$ 7,3 milhões



Da Redação

O governador Ronaldo Caiado entregou na quarta-feira, 11, mais 67 casas do programa Pra ter Onde Morar, por meio da Agência Goiana de Habitação (Agehab) e Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra). Em Firminópolis, na região Oeste do estado, foram 40 unidades habitacionais repassadas a famílias em vulnerabilidade social. Outras 27 foram entregues em Damolândia, no Centro goiano. As moradias são disponibilizadas para a população a custo zero, sem necessi-

dade de parcela de entrada ou financiamento.

“Está tudo feito no capricho para vocês. É uma residência que foi feita para a pessoa chegar e morar, sentir orgulhosa onde está. É isso que quero construir em Goiás”, destacou o chefe do Executivo goiano ao entregar as novas moradias. Somente na quarta-feira, Caiado entregou, no total, 117 unidades habitacionais. Além de atender Firminópolis e Damolândia, outras

50 casas foram entregues em Campestre de Goiás.

As moradias têm área construída de 42 metros quadrados, com sala de estar/jantar, cozinha, circulação, dois quartos, um banheiro, área de serviço coberta, quintal, acesso de pedestre cimentado e recuo frontal gramado. “O compromisso da minha vida é cuidar das pessoas. Quando o povo está alegre, o governo dá certo”, asseverou Caiado, que explicou que busca parceria com o governo federal

para ampliar para até 8 mil o número de moradias entregues gratuitamente.

As obras nas duas cidades já foram concluídas, com as moradias prontas para morar. Em Firminópolis, o investimento estadual foi de R\$ 4,3 milhões e, em Damolândia, de R\$ 3 milhões, ambos com recursos do Fundo Protege. Por meio de parceria, as prefeituras municipais viabilizam o terreno e a infraestrutura para as casas.

Beneficiada em Firminó-

polis, Tamires Alves, de 33 anos, revelou emocionada que ganhou um presente antecipado — faz aniversário no dia 19 de outubro — para viver com o filho Heitor, de 3 anos. “Vai fazer toda diferença e ajudar em tudo em nossas vidas”, garantiu. Em Damolândia, Vera Lúcia Ferreira, de 54 anos, também comemorou a conquista da casa própria. “Trabalhei e nunca consegui um lugar para morar. Hoje, estou empolgada porque vou receber minha casa. Derramei tanto suor trabalhando para ver se conseguia uma moradia para meus filhos”, agradeceu a mãe de 12 filhos.

CRITÉRIOS

O programa Pra ter Onde Morar do governo de Goiás é executado por meio da Agehab. Quando estão abertas, as inscrições são feitas exclusivamente pelo site da instituição: www.agehab.go.gov.br. As famílias precisam atender a critérios como inscrição no CadÚnico, ter renda de até um salário mínimo e residir há pelo menos 3 anos no município para participar das seleções e sorteios.

INOVAÇÃO

Embaixadora da Finlândia apresenta propostas de parcerias com Goiás

Hegon Corrêa e Júnior Guimarães

A embaixadora da Finlândia no Brasil, Johanna Karanko, anunciou que o país do norte europeu está disposto a promover ações conjuntas com o estado. “Nós pensamos que podemos fazer mais, se tivermos um trabalho em parceria. E aqui em Goiás, as políticas públicas que vocês estão fazendo são muito parecidas com as da Finlândia, com enfoque na educação”.

A fala aconteceu durante reunião realizada na quarta-feira, 11, no Palácio das Esmeraldas, onde o grupo foi recebido pelo governador Ronaldo Caiado, que demonstrou interesse nos projetos apresentados pelo governo finlandês. “Uma visita muito produtiva no sentido de buscar parcerias com o que eles têm de mais avançado na área de tecnologia e inovação”.

De acordo com a embaixa-

dora, a Finlândia pode se aproximar de Goiás em diversas áreas. “Queremos colaborar com as áreas econômica e empresarial, mas também na pesquisa, educação superior e informação. Vemos muitas oportunidades”. Integram a comitiva dirigentes da Nokia, multinacional reconhecida no setor de telefonia, e que também atua no desenvolvimento de sistemas e infraestrutura de redes de comunicação.

No encontro, a Nokia apresentou ao governo goiano um projeto de cidade digital, com inteligência integrada. Rodrigo Michel, diretor de Desenvolvimento de Negócios para o Setor Público da Nokia, exemplificou projetos voltados para aumentar a conectividade na segurança pública, interligando as áreas de comunicação, além da



O governador Ronaldo Caiado recebe a embaixadora da Finlândia no Brasil, Johanna Karanko. Busca por parcerias e desenvolvimento comum

área de transportes, com o uso de ônibus elétricos.

Outro ponto destacado por Michel é a possibilidade do trabalho em conjunto da multinacional com o HUB Goiás, ligado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ino-

vação (Secti). “Queremos trazer um processo de conexão com a Bell Labs [empresa de pesquisa industrial e desenvolvimento científico, subsidiária da Nokia], uma parceria entre plataformas e aplicativos”, que, segundo ele

pode acelerar o processo de startups dentro do estado. A embaixadora fez questão de destacar que as áreas de interesse no Estado não se limitam. “Temos interesse não só nas áreas de digitalização, mas também na mineração, agro-tech, setor forestal e educação”.

Para o diretor de Vendas da Vaisala (Empresa Finlandesa de Medição Ambiental e Industrial), Marcos Porto, outra área que pode ser útil ao Estado é o avançado conhecimento meteorológico que o país possui e que pode auxiliar a produção agrícola goiana. “Podemos criar parcerias com o Estado para o avanço da produção no campo. Temos sensores meteorológicos que podem auxiliar no monitoramento do clima, que é tão importante para o agro”.

ANÁPOLIS

Enquete online avalia o serviço dos servidores públicos

Reprodução



Os interessados podem participar de uma enquete online para aprimorar a qualidade dos serviços governamentais

A iniciativa da Controladoria-Geral do município busca promover a transparência e a ética na administração pública

Da Redação

Os cidadãos de Anápolis podem expressar sua opinião sobre o serviço prestado pelos servidores públicos municipais em uma enquete online que faz parte do programa de Compliance Público Municipal 2023 (PCM). A enquete,

que está disponível online, pode ser respondida até o dia 17 de outubro.

O objetivo da enquete é conhecer a percepção dos cidadãos sobre as condutas dos servidores públicos municipais, tanto as esperadas quanto as não esperadas, e estabelecer diretrizes cla-

ras e éticas que orientem o comportamento dos servidores, buscando sempre a integridade, a eficiência e a responsabilidade na gestão pública.

A enquete é uma iniciativa da Controladoria-Geral do Município de Anápolis, que coordena o PCM, um programa que visa apoiar os municípios na capacitação dos servidores e na implantação das normas legais para a melhoria das boas práticas em gestão administrativa. O programa conta com o apoio da Controladoria-Geral do Estado (CGE), da

Federação Goiana dos Municípios (FGM) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), e foi lançado em abril deste ano com a participação de vários municípios goianos.

A enquete online é uma forma de envolver os cidadãos na avaliação e no controle do serviço público municipal, e de fortalecer os valores de transparência e ética na administração pública. A participação dos cidadãos é fundamental para garantir a qualidade e a eficácia do serviço público municipal.

CAMPANHA

Doação de lenços em apoio ao Outubro Rosa

Em alusão à campanha Outubro Rosa, o cinema CineX está promovendo a "Segunda Rosa", uma iniciativa que visa arrecadar lenços de cabelo para pacientes em tratamento de câncer de mama e colo do útero. Nos dias 9, 16, 23 e 30 de outubro, quem doar um lenço na bilheteria física do cinema terá direito a um ingresso no valor de R\$ 20.

O CEO do CineX, Adriano Oliveira, ressalta que a campanha vai além da conscientização sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce desses tipos de câncer. A entrega dos lenços tem como objetivo resgatar a autoestima das mulheres em tratamento.

O CineX oferece duas salas confortáveis com 164 poltronas reclináveis e retráteis, espaço para cadeirantes e estacionamento gratuito. Além disso, possui uma bombonière e cafeteria com diversas opções de lanches e cafés especiais. A programação completa está disponível no site do cinema e no aplicativo, selecionando a opção 'Goiânia'.

VULNERABILIDADE

Mais de 38 toneladas de alimentos beneficiam famílias em Senador Canedo

Xande Manso

Cerca de 500 famílias em situação de vulnerabilidade social, cadastradas no programa Horta Municipal, recebem kits alimentícios. Esse esforço é parte de uma iniciativa da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAB), e em parceria com o governo de Goiás que visa combater a insegurança alimentar e promover a saúde e o bem-estar.

O programa Horta Municipal tem como objetivo cultivar, colher e fornecer hortaliças e vegetais para as famílias necessitadas. A distribuição de mais de 38 toneladas de uma variedade de hortaliças e vegetais nas próximas



Os kits entregues às famílias são fornecidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

semanas é um testemunho do compromisso da cidade com seus cidadãos

mais necessitados.

Os kits alimentícios são adquiridos diretamente

dos produtores rurais através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, e Agência Goiana de Assistência Técnica Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater). As ONGs Recanto dos Sonhos Lar para Idosos, Grupo Terapêutico Goiás sem Drogas estão entre os beneficiários desses kits.

A distribuição continuará nas próximas semanas, garantindo que mais famílias em toda a cidade recebam o apoio necessário.

SEGURANÇA ALIMENTAR

A garantia de comida é

um direito humano básico e uma necessidade vital para todas as pessoas. A falta de comida pode causar fome, desnutrição, doenças e morte. Além disso, a garantia de comida também envolve a qualidade, a diversidade e a segurança dos alimentos, que influenciam na saúde e no bem-estar das pessoas. A garantia de comida depende de vários fatores, como a produção, a distribuição, o acesso, o consumo e a utilização dos alimentos. Por isso, é preciso promover políticas públicas, parcerias locais e iniciativas solidárias que visem assegurar a comida para todas as famílias vulneráveis.

CULTURA

Aparecida terá o primeiro Centro Cultural Quilombola de Goiás

Rodrigo Estrela

Projeto visa resgatar e valorizar a história, a cultura e a identidade dos descendentes de escravos que vivem na região

Dhayane Marques

A cidade de Aparecida de Goiânia, na região metropolitana da capital, será a primeira do estado de Goiás a contar com um Centro Cultural Quilombola. O projeto foi anunciado pela Prefeitura de Aparecida, em parceria com o Governo Federal e a Associação Quilombola de Aparecida de Goiânia, na quarta-feira, 11, na Vila Delfiore, onde será construído o complexo.

O Centro Cultural Quilombola terá como objetivo resgatar e valorizar a história, a cultura e a identidade dos quilombolas, que são os descendentes de escravos que se refugiaram em comunidades rurais isoladas após a abolição da escravatura. Segundo o Censo Demo-

gráfico 2022, Goiás possui mais de 30 mil quilombolas, sendo que cerca de 3 mil vivem em Aparecida.

O complexo terá uma área de 107 m² e contará com espaço de convivência, cozinha, sala da diretoria, depósitos, banheiros acessíveis e área de lazer com pista de caminhada, bancos e lixeiras. Além disso, o Centro Cultural Quilombola oferecerá cursos de iniciação artística e aulas de capoeira e musicalidade, e sediará feiras gastronômicas para valorizar a culinária quilombola.

A obra está orçada em R\$ 401.673,52, sendo que R\$ 240.555 foram repassados pelo governo federal, através de emenda parlamentar do deputado federal Professor Alcides. A Prefeitura de Aparecida irá destinar outros R\$ 161.121. A previsão é que o Centro Cultural Quilombola seja entregue em fevereiro de 2024.

O secretário de Cultura de Aparecida, Marcos Alcântara, afirmou que o projeto é um grande marco para valorizar a cultura afro-brasileira e reconhecer as origens quilombolas da região. "O Centro Cultural Quilombola será referência para outros municípios em todo o Brasil. As expressões culturais que os quilombolas terão aqui



Complexo irá oferecer uma variedade de cursos de iniciação artística, aulas de capoeira e musicalidade

serão de grande valor para as cidades", disse.

A presidente da Associação Quilombola de Aparecida de Goiânia, Maria Lúcia Ferreira, agradeceu o apoio da prefeitura e do governo federal e disse que o Centro Cultural Quilombola será um "diamante negro" para a comunidade da Vila Delfiore. "Com a dignidade e a importância que o secretariado [municipal] nos atende todos os dias, nós vamos construir tudo na paz do Senhor Jesus", declarou.

POPULAÇÃO DE GOIÁS

Goiás tem 246 municípios e uma população de mais de 30 mil quilombolas, segundo o Censo Demográfico 2022. O estado também se destaca

pela sua densidade demográfica de 7,74 habitantes por quilômetro quadrado e pela sua taxa de escolarização de 98,2% para crianças de 6 a 14 anos. Além disso, Goiás conta com o Banco de Dados Estatísticos do Estado de Goiás (BDE-Goiás), um sistema de informações estatísticas que cobre desde o ano de 1980 para algumas variáveis.

Em maio de 2022, o governo de Goiás entregou certificados a 111 presidentes e lideranças de associações quilombolas que concluíram o curso Empreendedorismo Social, realizado em parceria com o Sebrae. Na ocasião, foram investidos R\$ 500 mil, via crédito social, para fomentar empreendimentos nas comunidades.

DÉBITOS

Prefeitura de Goiânia abre agendamento para conciliação fiscal

Os contribuintes de Goiânia que quiserem negociar suas dívidas com a Prefeitura podem agendar um atendimento para a Semana Nacional da Conciliação, que acontecerá entre 16 e 31 de outubro. A iniciativa é uma parceria entre a Secretaria de Finanças (Sefin), o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça de Goiás, dentro do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) 2023.

Para participar, é preciso acessar o site goiania.go.gov.br, clicar no ícone Refis 2023, depois gratuidade de justiça, e escolher o local, o dia e o horário do atendimento. Quem solicitar o serviço deve comprovar carência de recursos financeiros e levar alguns documentos, como cópia de identidade, comprovante de renda e extrato do benefício.

O atendimento para gratuidade será feito no 7º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus), no Fórum Cível de Goiânia. O agendamento para a negociação, que ocorrerá entre 25 de outubro e 10 de novembro, será feito automaticamente no primeiro atendimento.

TRIBUTOS

Senador Canedo lança programa de abatimento de impostos

A Prefeitura de Senador Canedo lançou um programa de abatimento de impostos, com o objetivo de incentivar o pagamento de débitos tributários e não tributários, inscritos ou não, em dívida ativa, constituídos até 31 de agosto de 2023.

Segundo a Lei 2723/23, que institui o programa, os contribuintes que quitarem os débitos à vista terão anistia de 100% de juros e multa. Para o parcelamento, o prazo é de até 14 vezes, com anistia de 95% de juros e multa.

Para os débitos que já estão em cobrança judicial, a quitação integral também terá anistia de 100% de juros e multa. No caso do parcela-

mento, o prazo é de até 14 vezes, mas com anistia de 75% de juros e multa.

Os requerimentos para o parcelamento dos débitos em negociação serão efetuados por meio do Termo de Confissão de Dívida e/ou Termo de Adesão ao Parcelamento, assinado em conformidade com o documento pessoal apresentado. A aprovação do pedido de parcelamento será efetivada com a baixa bancária do pagamento da primeira parcela.

O prazo para adesão ao programa é de 60 dias a partir da data de início da vigência da lei, podendo ser prorrogado por igual período.

URBANISMO

Concurso nacional busca novos projetos de habitação social em Goiânia

A Prefeitura de Goiânia, em parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo em Goiás (CAU/GO), lançou um concurso nacional para escolher um novo projeto de habitação unifamiliar para o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social. O objetivo é atualizar os modelos usados atualmente e adequá-los à realidade das famílias e às normas técnicas.

O concurso, aberto no dia 29 de setembro, vai selecionar projetos arquitetônicos residenciais que possam valorizar o potencial construtivo

das áreas e beneficiar mais famílias. O secretário de Planejamento Urbano e Habitação, Valfran Ribeiro, destaca que os projetos devem seguir o novo Plano Diretor de Goiânia e as legislações urbanísticas do município.

Os projetos inscritos no concurso devem ter entre 50 e 70 metros quadrados de área construída, altura mínima de 2,50 metros e conter sala de estar e refeições, cozinha, área de serviço, banheiro, dois quartos e uma vaga de estacionamento para carro e moto. Além disso, devem

permitir a modificação ou ampliação para mais um ambiente multiuso. O valor máximo de execução da unidade habitacional não pode ser superior a R\$130.788,70.

As propostas devem ser enviadas pelos Correios ao CAU/GO até o dia 27 de novembro. O resultado final do concurso será divulgado no dia 08/12 e o autor do projeto vencedor receberá premiação no valor de R\$15 mil reais. O edital com as regras do concurso está disponível em <https://transparencia.caugo.gov.br/editais-e-resultados/>.

ESCOLA

ESTUDO

Pandemia afeta alfabetização de milhões de crianças no Brasil, diz Unicef

Análise do Todos Pela Educação mostra que mais da metade dos formandos de Licenciatura não realizou o mínimo de horas exigido para a atividade prática

Dhayane Marques

Um estudo inédito realizado pelo Unicef mostrou que a pandemia de Covid-19 teve um impacto negativo na alfabetização de milhões de crianças brasileiras de 7 a 9 anos. Segundo o estudo, a proporção de crianças que não sabem ler ou escrever nessa faixa etária dobrou entre 2019 e 2022, passando de 10% para 20%.

O Unicef alertou para os efeitos da pandemia na educação das crianças e adolescentes, especialmente na alfabetização, que é uma etapa fundamental para o desenvolvimento cognitivo e social. O Brasil foi um dos países que mais fecharam escolas durante a crise sanitária, prejudicando o aprendizado e atrasando o desenvolvimento dessa geração.

O Unicef defendeu que as crianças e adolescentes

sejam priorizados nas políticas públicas do país, e que sejam adotadas medidas para garantir o acesso à educação de qualidade, à saúde, à alimentação, à moradia digna e à proteção social. O Unicef também destacou a importância de combater as desigualdades e promover a inclusão de todos os direitos.

POBREZA MULTIDIMENSIONAL

O estudo parte de duas premissas: a pobreza tem múltiplas dimensões, e crianças e adolescentes devem ser priorizados nas políticas públicas do país.

“A pobreza multidimensional é uma maneira de enxergar a questão para além da renda, em especial depois de uma crise multidimensional como a da pandemia da Covid-19”, explica Santiago Varela, especialista em políticas públicas do Unicef. “Conseguimos agora



Reprodução

O impacto da pandemia na educação reflete no aumento do analfabetismo entre crianças de 7 a 9 anos

avaliar o impacto da pandemia nos direitos das crianças e adolescentes nessas múltiplas dimensões.”

Ao avaliar informações sobre o acesso de crianças e adolescentes brasileiros à educação, moradia, água, saneamento, informação e renda, o Unicef concluiu que a pobreza multidimensional teve uma melhora tímida no país entre 2019 e 2022. Ela foi reduzida de 62,9%, em 2019, para 60,3%, em 2022 — uma queda de 2,6 pontos percentuais.

Isso significa que 31,9 milhões de crianças e adolescentes brasileiros estão privados de um ou mais direitos, de um total de 52,8 milhões no país.

DESIGUALDADES RACIAIS E REGIONAIS

Desigualdades com relação a cor e raça melhoraram, mas seguem persistentes. A diferença no acesso a direitos entre crianças e adolescentes brancos e negros era de cerca de 22 pontos percentuais em 2019 e caiu para 20 pontos em 2022.

Diferenças regionais são extremas. Enquanto no Amapá, 91,7% das crianças e adolescentes sofrem ao menos um tipo de privação, em São Paulo esse percentual é de 35,7%.

IMPACTO NA EDUCAÇÃO

No direito à educação, foi o acesso à alfabetização que sofreu o mais duro golpe

durante os anos de pandemia. Não por coincidência, o Brasil foi o quarto país do mundo a manter as escolas fechadas por mais tempo durante a pandemia de coronavírus.

“Se crianças ficaram um ano e meio afastadas da escola, elas não somente deixaram de aprender, mas também regrediram no seu aprendizado”, explica Varela. “O aprendizado é um processo sensível e lento, e não é recuperado com rapidez.”

Segundo estimativas do FMI (Fundo Monetário Internacional), o aprendizado incompleto durante a crise sanitária pode diminuir o rendimento médio dessa geração de estudantes do país em 9,1% ao longo da vida.

O relatório do Unicef aponta ainda que a distância entre crianças brancas e negras no processo de alfabetização se ampliou durante esses anos. Em 2019, enquanto 6,3% das crianças brancas eram consideradas analfabetas; entre as negras essa proporção era de 10,6% — uma diferença de 4,3 pontos percentuais. Em 2022, estes percentuais haviam subido para 15,1% e 21,8% respectivamente, ampliando a desigualdade racial para 6,7 pontos percentuais.

TECNOLOGIA

Governo federal lança consulta pública sobre uso de dispositivos digitais por jovens

O governo federal lançou uma consulta pública para discutir estratégias para o uso consciente de telas e dispositivos digitais por crianças e adolescentes. A consulta, que ficará aberta por 45 dias, tem como objetivo coletar subsídios para a elaboração de um guia oficial com orientações para pais, responsáveis e educadores.

A iniciativa surge em resposta às preocupações com os riscos associados ao uso desregrado de dispositivos eletrônicos por jovens, incluindo impactos na saúde física e mental e o aumento do risco de vitimi-

zação e abusos.

Em 2016, a Sociedade Brasileira de Pediatria publicou um Manual de Orientação, com diversos alertas de saúde e recomendações, atualizado em 2019; entretanto, até o momento, não há uma orientação governamental específica para a temática. A proposta de construção do Guia Orientativo pretende suprir essa lacuna, com base na melhor evidência científica disponível, e considerando a diversidade geográfica e social do Brasil.

A elaboração do Guia Orientativo será realizada

com base nos subsídios coletados na consulta e contará com o auxílio de um grupo de trabalho de especialistas. A previsão é que o guia seja concluído ao longo de 2024.

A iniciativa é uma parceria entre várias secretarias e ministérios, incluindo a Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República e os ministérios da Saúde, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, dos Direitos Humanos e da Cidadania e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

AVALIAÇÃO

Plataforma SER Goiás registra mais de 9 milhões de desafios resolvidos

Em setembro, a plataforma do Sistema Educacional de Recuperação da Aprendizagem (SER Goiás) registrou o acesso de 134.709 usuários, com mais de um milhão de acessos no semestre. Os estudantes responderam a um total de 9.357.314 desafios na plataforma, um aumento de 31% em relação a agosto. No dia 28 de setembro, foi registrado o maior número de desafios resolvidos, com 540.139 respostas.

As estratégias pedagógicas para os alunos do 9º ano alcançaram 92,55% dos

alunos em preparação para as provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Em 2023, 75% dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental (6º a 9º ano) realizaram atividades recorrentes na plataforma SER Goiás, correspondendo a 183.045 alunos acessando a plataforma regularmente.

Esses dados mostram que os alunos estão recuperando a aprendizagem prejudicada pela pandemia da covid-19 e que a plataforma está conquistando seu público-alvo.



Dhayane Marques dhayanemarques@hotmail.com

Pix bate recorde

O Pix, sistema de transferências instantâneas do Banco Central, registrou um novo recorde. Foram realizadas 163 milhões de transações em 24 horas, superando a marca de 160 milhões pela primeira vez. O sistema funcionou com estabilidade e atendeu a demanda dos 153,36 milhões de usuários cadastrados, sendo 140,65 milhões de pessoas físicas e 12,71 milhões de pessoas jurídicas. Em agosto, o Pix movimentou mais de R\$ 1,53 trilhão.

Arquivo/Gazeta do Povo

Crédito imobiliário

A Caixa Econômica Federal (CEF) registrou um recorde histórico na concessão de crédito imobiliário no terceiro trimestre de 2023. Foram R\$ 51,3 bilhões liberados para a compra de imóveis, com destaque para o programa Minha Casa Minha Vida, que teve os valores e a renda familiar ampliados. A Caixa lidera o mercado com 68,3% de participação e uma carteira de R\$ 700 bilhões.

PIB goiano avança

3,4% no segundo trimestre do ano

O crescimento econômico de Goiás no segundo trimestre de 2023 foi destaque no cenário nacional. Segundo dados do Instituto Mauro Borges, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado aumentou 3,4% em relação ao mesmo período de 2022, impulsionado pelo desempenho da agropecuária e da indústria. No acumulado do ano, a expansão foi de 3,1%, e nos últimos 12 meses, de 4,5%.

A agropecuária goiana registrou um aumento de produção de soja e milho, que contribuíram para o resultado positivo do setor. A indústria também apresentou uma recuperação, especialmente na indústria de transformação, que se beneficiou da demanda interna e externa.

O secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima, afirmou que o governo de Goiás tem trabalhado para manter e estimular o desenvolvimento econômico do Estado. Ele destacou que o governo continuará investindo em políticas públicas que fortaleçam a economia goiana e gerem emprego e renda para a população.

Comércio externo

Goiás registrou um superávit na balança comercial no segundo trimestre de 2023, graças ao bom desempenho da soja, que liderou as exportações do estado. O valor total das vendas externas foi de US\$ 4,167 bilhões, um aumento de 44% em relação ao trimestre anterior. O estado ficou em 8º lugar no ranking nacional de exportadores. As importações também cresceram 76,16%, somando US\$ 1,248 bilhão, com destaque para os produtos farmacêuticos. O saldo comercial ficou positivo em US\$ 2,919 bilhões.

Inflação

A inflação das famílias de baixa renda em Goiás foi menor que a média nacional no segundo trimestre de 2023, segundo o INPC. Os preços de alimentos, bebidas e transportes caíram, enquanto os de saúde, vestuário e despesas pessoais subiram. O IPCA, que mede a inflação para famílias de maior renda, também ficou abaixo da média nacional na capital goiana.

PIB goiano

A série histórica do PIB goiano aponta que a média para o primeiro semestre de 2023 apresentou o maior valor para todos os semestres da série histórica, tanto com ajuste sazonal como sem ajuste sazonal. Em relação aos índices referentes aos setores, os destaques são agropecuária e serviços.

Projeto de lei

O governo Lula quer regulamentar o trabalho por aplicativo. A proposta prevê direitos como INSS, seguro de vida e valor mínimo por hora. Os trabalhadores poderão escolher entre ser autônomos ou CLT. As empresas terão que oferecer postos de apoio, transparência nas avaliações e equipamentos de proteção.



Regulamentação

As plataformas digitais de trabalho terão que seguir novas regras. O projeto de lei do governo Lula garante benefícios como contribuição ao INSS, seguro de vida de R\$ 40 mil e valor mínimo por hora. Os trabalhadores poderão optar por ser autônomos ou CLT. Além disso, as empresas deverão fornecer postos de apoio, transparência nas avaliações e equipamentos de proteção.

Recessão

A queda de 1,6% nas vendas do varejo em setembro de 2023 mostra que o setor ainda não se recuperou da crise econômica. A retração foi generalizada entre os segmentos, com destaque negativo para Bares e Restaurantes, que sofreram com as restrições sanitárias. Apenas Supermercados e Hipermercados tiveram um desempenho positivo, graças à deflação dos alimentos. O cenário é desafiador para os próximos meses, diante da alta dos juros, da inflação e do desemprego.

Inflação

O aumento dos preços dos produtos e serviços tem impactado negativamente as vendas do varejo, que caíram 1,6% em setembro de 2023 na comparação com o mesmo mês do ano anterior. A inflação também reduziu o poder de compra das famílias, que cortaram gastos não essenciais. O segmento de Bens Duráveis e Semiduráveis foi o mais afetado pela alta dos custos, enquanto o de Supermercados e Hipermercados se beneficiou da queda dos preços dos alimentos, especialmente das carnes.

Híbrido

Uma pesquisa realizada pelo Opinion Box e o canal Histórias de Ter.a.pia revelou que 40% dos brasileiros preferem o trabalho híbrido ao presencial para preservar a saúde mental. Os motivos são equilibrar as interações sociais e ter mais flexibilidade. A pesquisa também mostrou que 65% dos entrevistados acreditam que o trabalho pode contribuir positivamente para o bem-estar psicológico.

Impacto

O trabalho pode afetar a saúde mental de forma positiva ou negativa, segundo uma pesquisa do Opinion Box e o canal Histórias de Ter.a.pia. Dos 2.119 participantes, 40% disseram que o trabalho impacta de forma negativa a sua saúde mental. A pesquisa ressalta a importância de programas de bem-estar psicológico no ambiente corporativo.